



RUY BARBOSA

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Simulado Final **TCE MG**

Analista De Controle Externo

Direito - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MG**, cargo de **Analista de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/3o9oAu7Q3ERQhBb3A>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/pdZK>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 1**

Em uma sala de aula típica brasileira, apenas uma pequena minoria dos alunos está aprendendo o currículo esperado de matemática. No 5º ano do ensino fundamental, é menos da metade dos estudantes, mas essa proporção cai ao longo da vida escolar. Ao final do ensino fundamental, é apenas um quinto dos estudantes que apresentam aprendizagem adequada, chegando a menos de 9% no ensino médio, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, com dados do Saeb 2023.

O cenário é devastador. Imagine concluir a educação básica sem conseguir realizar operações simples de porcentagem, ou tendo dificuldade de entender o significado das referências numéricas mencionadas no parágrafo anterior. Possivelmente não é um exercício de imaginação muito complexo, uma vez que é bastante provável, estatisticamente, que você conheça alguém que não aprendeu o básico de matemática na escola - ou você mesmo seja essa pessoa.

Em uma tentativa inédita na educação nacional para mudar esse contexto de forma sistêmica, foi instituído pelo governo federal o Compromisso Nacional Toda Matemática. O programa irá operar com base no regime de colaboração entre os entes federados, assim como outros programas já vêm priorizando para promover equidade e fortalecer a gestão territorial do ensino. O principal objetivo, ambicioso, é assegurar que todos os estudantes da educação básica desenvolvam competências e habilidades estabelecidas para cada etapa.

Além do regime que respeita a autonomia de cada ente, o programa prevê apoio técnico e financeiro para as redes de ensino, buscando garantir o básico para o ensino de matemática: formação de professores, materiais didáticos e outros recursos pedagógicos. A iniciativa também deve articular diferentes sistemas de avaliação, os quais devem subsidiar o acompanhamento sistemático da aprendizagem e embasar as decisões pedagógicas. Há ainda a previsão da disseminação de boas práticas, por meio de premiações - estratégia recorrente nesta gestão e que, isoladamente, tem eficácia limitada.

A expectativa é de que estes esforços, se bem implementados, não demorem a dar os primeiros resultados já nas próximas avaliações. Na comparação internacional, os números são vergonhosos. Em avaliações internacionais como o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e TIMSS (Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências), o Brasil recorrentemente figura entre os piores países do mundo em aprendizagem matemática. Estamos em um patamar tão baixo, com tantas desigualdades regionais, raciais e de gênero, que é razoável supor que uma estratégia sistêmica bem executada tem bastante potencial para melhorar a aprendizagem em matemática.

Não aprender o suficiente dos números no começo da vida escolar pode levar a dificuldades persistentes e até à rejeição à disciplina. Não aprender o suficiente se constitui como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais. A matemática está presente em tudo o que fazemos na vida cotidiana, inclusive no entendimento de decisões políticas. Quando o Brasil não aprende o suficiente de matemática, se limita não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento de cidadãos para a cidadania e participação democrática.

(Fonte: Priscilla Bacalhau. Disponível em: folha.uol.com.br)

1. Segundo as ideias veiculadas no Texto 1, o baixo desempenho dos estudantes brasileiros em matemática
 - a) é um fenômeno circunscrito aos anos do ensino fundamental.
 - b) advém do desinteresse que os alunos nutrem pela disciplina.
 - c) manifesta-se já nos anos iniciais, atenuando-se até a conclusão da educação básica.
 - d) está associado à dificuldade de compreender operações matemáticas básicas e referências numéricas.
 - e) é comparável ao desempenho médio dos países em avaliações internacionais.

2. O Texto 1 caracteriza-se como predominantemente
- a) injuntivo.
 - b) dissertativo-expositivo.
 - c) narrativo.
 - d) dissertativo-argumentativo.
 - e) descritivo.
3. No trecho “Não aprender o suficiente se constitui como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais” (último parágrafo), observa-se a figura de linguagem
- a) catacrese.
 - b) metonímia.
 - c) eufemismo.
 - d) metáfora.
 - e) personificação.
4. Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente com base no Texto 1.
- a) Não nos esqueçamos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitado.
 - b) Não nos esqueçamos que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática restam limitados.
 - c) Não nos esqueçamos que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitado.
 - d) Não esqueçamo-nos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática resta limitada.
 - e) Não nos esqueçamos de que, quando os brasileiros não aprendem o básico de matemática, o desenvolvimento da economia e de cidadãos para a participação democrática restam limitados.
5. No que diz respeito à concordância nominal e verbal no Texto 1, assinale a opção correta.
- a) No último período do quarto parágrafo, a forma verbal “Há” pode ser substituída por **existirão**.
 - b) No terceiro período do segundo parágrafo, a forma verbal “é” está flexionada na terceira pessoa do singular, estabelecendo concordância com o termo que a antecede — “Possivelmente”.
 - c) A correção gramatical seria preservada caso o trecho “competências e habilidades estabelecidas” (terceiro parágrafo) fosse substituído por **talentos e habilidades estabelecidos**.
 - d) No terceiro período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal “apresentam” na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância verbal com o termo “estudantes”, que é o núcleo do sujeito da oração.
 - e) No último período do quinto parágrafo, sem prejuízo da correção gramatical, a forma verbal “é” poderia ser flexionada na terceira pessoa do plural — **são** — em concordância com o termo “desigualdades”.
6. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do Texto 1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção na qual a proposta apresentada mantém a correção gramatical.
- a) “pode levar a dificuldades persistentes” (primeiro período do último parágrafo): **pode levar à dificuldades persistentes**
 - b) “até à rejeição à disciplina” (primeiro período do último parágrafo): **até a rejeição à disciplina**
 - c) “não demorem a dar os primeiros resultados” (primeiro período do quinto parágrafo): **não demorem à dar os primeiros resultados**
 - d) “como uma barreira a carreiras mais promissoras em termos salariais” (segundo período do último parágrafo): **como uma barreira as carreiras mais promissoras em termos salariais**
 - e) “para melhorar a aprendizagem em matemática” (último período do quinto parágrafo): **para melhorar à aprendizagem em matemática**

7. No trecho *“Quando o Brasil não aprende o suficiente de matemática, se limita não apenas o desenvolvimento econômico...”* (último período do texto), o vocábulo “se”

- a) exprime circunstância de condição.
- b) introduz uma oração explicativa.
- c) indetermina o sujeito da oração na qual ele se insere.
- d) é um pronome pessoal oblíquo que expressa reflexividade.
- e) indica que a oração na qual ele se insere está na voz passiva.

8. A correção gramatical e a coerência do Texto 1 seriam mantidas caso fosse isolado por vírgulas o trecho

- a) “pelo governo federal” (primeiro período do terceiro parágrafo).
- b) “da educação básica” (último período do terceiro parágrafo).
- c) “entre os piores países do mundo” (terceiro período do quinto parágrafo).
- d) “os primeiros resultados” (primeiro período do quinto parágrafo).
- e) “o suficiente” (último período do último parágrafo).

9. No Texto 1, pertencem à mesma classe de palavras os vocábulos

- a) “figura” (terceiro período do quinto parágrafo) e “limita” (último período do sexto parágrafo).
- b) “suficiente” (primeiro período do sexto parágrafo) e “bastante” (último período do segundo parágrafo).
- c) “apenas” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “cada” (último período do terceiro parágrafo).
- d) “básico” (primeiro período do quarto parágrafo) e “internacional” (segundo período do quinto parágrafo).
- e) “outros” (primeiro período do quarto parágrafo) e “mais” (segundo período do sexto parágrafo).

10. Assinale a opção em que há correta correspondência entre o termo destacado e seu respectivo valor semântico no Texto 1.

- a) “segundo” (último período do primeiro parágrafo) – explicação
- b) “uma vez que” (segundo período do segundo parágrafo) – concessão
- c) “que”, em “que é razoável supor” (último período do quinto parágrafo) – consequência
- d) “como”, em “como uma barreira a carreiras mais promissoras” (segundo período do sexto parágrafo) – causa
- e) “mas” (último período do sexto parágrafo) – contraposição

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

11. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei 14.133/2021, é instrumento central para a transparência e a eficiência das licitações no Brasil. A respeito do PNCP, é correto afirmar que:

- a) sua gestão é de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, que fiscaliza diretamente sua operação e conteúdo.
- b) a publicação dos editais de licitação no PNCP é facultativa, podendo os entes federativos optar por publicar apenas em seus diários oficiais e em ferramentas eletrônicas próprias.
- c) é de utilização obrigatória pelos entes federativos, mas a divulgação de contratos e aditamentos no portal é facultativa, diferentemente da publicidade no site do próprio órgão contratante (Portais de Transparência).
- d) o PNCP deverá conter, entre outras informações, os planos de contratação anuais, os editais, os contratos e seus aditamentos, além de um sistema de registro cadastral unificado.
- e) o acesso ao PNCP é restrito aos órgãos de controle e aos licitantes, não sendo aberto ao público em geral, para preservar o sigilo comercial das propostas.

12. Considerando o disposto na Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa que apresenta um direito do usuário previsto expressamente na referida lei.

- a) Recusar-se a pagar a tarifa, caso considere o serviço prestado de baixa qualidade.
- b) Ter acesso gratuito aos serviços delegados, caso comprove baixa renda.
- c) Levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- d) Solicitar a interrupção temporária do serviço sem qualquer ônus, por motivo de viagem.
- e) Participar diretamente da definição do valor das tarifas, por meio de consulta pública obrigatória.

13. Nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível ao Poder Judiciário, por força do princípio da isonomia, a conceder majorações de remunerações pagas a servidores públicos.
- b) Servidores aposentados fazem jus à percepção do auxílio-alimentação, por tratar-se de direito adquirido durante o exercício do cargo.
- c) A garantia, em favor do servidor público, do recebimento do salário mínimo refere-se apenas ao vencimento básico.
- d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- e) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, sendo que o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

14. Considerando as regras da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de 35 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) informações que são de interesse público devem ser divulgadas apenas mediante solicitação subscrita por legitimado.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público devem ser motivados, sob pena de não serem recebidos.
- e) se o poder público indeferir pedido de acesso à informação, deverá motivar o respectivo indeferimento, sob pena de o responsável se sujeitar a medidas disciplinares.

15. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes consorciados se comprometem a fornecer recursos financeiros ao consórcio público. Segundo a Lei 11.107/2005, em caso de inadimplência de um ente consorciado com suas obrigações previstas no contrato de rateio:

- a) o ente inadimplente será automaticamente excluído do consórcio, sem necessidade de prévia notificação.
- b) o consórcio pode exigir judicialmente o cumprimento da obrigação, mas não pode suspender o ente inadimplente.
- c) a União deverá cobrir o valor em atraso, se o consórcio envolver municípios de um mesmo Estado.
- d) o ente inadimplente poderá ser suspenso de sua participação no consórcio, ficando em regra impedido de usufruir de suas vantagens até a regularização da situação.
- e) os demais entes consorciados devem, solidariamente, arcar com a parcela do ente inadimplente para garantir a continuidade das atividades.

16. No que se refere ao controle sobre os atos administrativos, é correto asseverar que a(o)

- a) anulação decorre da constatação de que o ato não atende ao interesse público.
- b) revogação enseja o desfazimento do ato com efeitos *ex tunc*.
- c) controle judicial não ocorre sobre atos discricionários.
- d) controle administrativo prescinde de provocação.
- e) cassação ocorre quando surge norma jurídica que torna inadmissível situação anterior, na qual foi praticado o ato administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. Uma comissão parlamentar de inquérito foi instalada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visando a investigar possível desvio de recursos públicos estaduais. No dia seguinte, a comissão, por decisão fundamentada de seu colegiado, decidiu decretar:

- I – a indisponibilidade de bens dos investigados;
- II – a quebra do sigilo bancário deles;
- III – busca e apreensão nos respectivos domicílios;
- IV – a convocação de testemunhas para prestarem depoimentos.

À luz da jurisprudência, da doutrina e da CF, é correto afirmar ser lícita a decretação pela CPI apenas das medidas:

- a) II e IV
- b) I, II e IV
- c) IV
- d) I e III
- e) II e III

18. Com base na jurisprudência do STF a respeito do julgamento das contas dos Prefeitos, analise os itens a seguir:

I - Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

II – A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, inclui a imputação de débito e a aplicação de sanções até mesmo na esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, acarretando a inelegibilidade decorrente da rejeição da prestação de contas.

III – A competência do Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio em relação às contas do Chefe do Executivo, quando extrapolado, em muito, o prazo constitucionalmente imposto, não tem o condão de obstruir a competência do Poder Legislativo para julgar essas contas.

Estão corretos, apenas:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) nenhum

19. À luz da CF, é vedado aos juízes, exceto:

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, salvo nos casos previstos em lei;
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei
- e) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

20. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público, para garantia de contraditório e ampla defesa
- b) A mera apreensão do aparelho celular, nos casos de flagrante delito, não está sujeita à reserva de jurisdição.
- c) Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, mesmo em caso de arbitrariedade flagrante.
- d) Pacientes maiores e capazes têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Link é agente público de município do interior do estado e teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Zilda também é agente do mesmo município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado de Minas Gerais.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto a multa simples será executada por iniciativa do estado de Minas Gerais.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

22. Sobre a composição e estrutura dos tribunais de contas, é correto afirmar que:

- a) Segundo a Constituição Federal, a escolha deverá recair entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- b) Nos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, seis conselheiros serão escolhidos pelo Poder Legislativo e três pelo Chefe do Executivo.
- c) É vedada a criação de órgãos estaduais denominados tribunais de contas dos municípios.
- d) Os tribunais de contas não fazem parte do Poder Judiciário, mas gozam de prerrogativas típicas dos órgãos judiciais, como a autonomia, o autogoverno e a vitaliciedade dos seus membros.
- e) A criação de tribunais de contas municipais, no estilo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo ou do Rio de Janeiro, somente poderá ocorrer mediante emenda à constituição estadual.

23. Luigi requisitou a concessão de sua aposentadoria, que foi deferida, em agosto de 2022, pelo setor de pessoal do município em que atua como servidor público. Em seguida, o processo foi enviado ao Tribunal de Contas, sendo que o protocolo ocorreu em fevereiro de 2023. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir:

- a) O Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa, caso pretenda indeferir o registro da aposentadoria.
- b) O prazo para o Tribunal efetuar o registro terminará em agosto de 2027.
- c) Caberá ao Tribunal de Contas proceder diretamente as correções necessárias na aposentadoria, caso identifique ilegalidades.
- d) O prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade da aposentadoria termina em fevereiro de 2028, sendo que a ausência de apreciação ensejará o registro tácito.
- e) Na análise da legalidade para fins de registro, o Tribunal de Contas deverá anular os vícios identificados no ato de aposentadoria.

24. Sobre a declaração de inidoneidade prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa correta:

- a) É aplicada a qualquer licitante que perca um certame por falta de documentação técnica.
- b) A sanção de declaração de inidoneidade não pode ser aplicada pelo Tribunal de Contas, uma vez que foi derogada pela Lei de Licitações.
- c) A declaração de inidoneidade será imposta pelo Tribunal de Contas quando verificada a ocorrência de fraude na licitação, alcançando a administração estadual e municipal pelo prazo de até cinco anos.
- d) Uma vez declarada a inidoneidade, o licitante fica impedido de contratar apenas com o órgão específico onde ocorreu a fraude.
- e) A autoridade competente que deixar de efetivar a medida de proibição de contratar não sofre qualquer sanção administrativa do Tribunal.

25. O Presidente do Tribunal possui atribuições administrativas, estratégicas e de controle externo. Sobre o seu direito de voto nos órgãos colegiados, assinale a alternativa que descreve uma situação em que o Presidente profere voto:

- a) O Presidente do Tribunal de Contas vota em todos os processos de prestação de contas de prefeitos municipais que tramitam nas Câmaras.
- b) O Presidente possui voto em todos os processos relatados por conselheiros substitutos, para fins de homologação.
- c) O Presidente vota em processos de enunciado de súmula, uniformização de jurisprudência, consulta, prejudgado e projeto de ato normativo, além de votar para completar o quórum ou desempatar.
- d) Por ser o representante máximo da Corte, o Presidente é o relator nato de todos os processos que envolvam o Governador do Estado.
- e) O Presidente vota apenas em matérias administrativas internas, sendo vedada sua participação em votações de natureza técnica ou de controle externo no Tribunal Pleno.

26. No que se refere à tomada de contas especial e à classificação das decisões em processos de contas perante o Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão terminativa é aquela pela qual o Tribunal examina o mérito do processo para julgar as contas como regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- b) A tomada de contas especial é um procedimento de rotina anual, devendo ser instaurada independentemente da existência de dano ao erário ou esgotamento de medidas administrativas internas.
- c) As contas serão julgadas regulares, com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, desde que o dano ao erário apurado seja de valor inferior ao limite de alçada do Tribunal.
- d) Diante da omissão no dever de prestar contas ou da ocorrência de desfalque, a autoridade administrativa competente deve, como medida de exceção, instaurar a tomada de contas especial após esgotadas as medidas administrativas internas.
- e) Caso o Tribunal, durante uma fiscalização, identifique um dano ao erário já quantificado e o responsável identificado, deverá arquivar o processo de fiscalização e aguardar que o órgão de origem instaure a fase interna da tomada de contas especial.

- b) Os direitos humanos exprimem certa consciência ética universal.
- c) Há distinção entre os conceitos, especialmente do ponto de vista do plano jurídico de positivação.
- d) As terminologias apresentadas pelo enunciado podem se confundir ou se complementar em determinados momentos.
- e) Em razão da essencialidade material que compõe um núcleo comum a ambos os conceitos, atualmente, a doutrina reconhece uma verdadeira simbiose, o que impede que seja possível traçar algum elemento de distinção entre eles.

28. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Resolução 217-A, III, da ONU, de 1948, estabelece direitos e garantias fundamentais aplicáveis a todas as pessoas. Com base em seu texto, assinale a alternativa correta.

- a) A DUDH permite discriminação fundada em nacionalidade, desde que prevista pela lei interna do Estado soberano, garantindo seu dever de responsabilidade primária.
- b) A DUDH assegura que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, pondo fim a qualquer via discriminatória que se ambicionasse invocar.
- c) A DUDH restringe o direito à liberdade de manifestação religiosa às condutas individuais em privado.
- d) A DUDH não veda expressamente a escravidão em situações de excepcional de interesse do Estado.
- e) A DUDH condiciona a proibição da tortura à inexistência de estado de guerra, a fim de evitar a propagação de conflitos bélicos entre os Estados.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

27. Sobre o conceito de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, assinale a alternativa que não apresenta atributos que referem a tais conceitos.

- a) Os direitos fundamentais são os reconhecidos e vinculados à esfera constitucional de determinado Estado, ao passo que os direitos humanos estão firmados por posições jurídicas internacionais.

29. A Agenda 2030 é um plano global de ações que visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, analise as assertivas a seguir.

- I. A Agenda 2030 prevê, expressamente, que os Estados deverão perseguir o fim da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, incluindo a meta de fortalecer a resiliência dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade frente a eventos extremos relacionados ao clima e a choques econômicos, sociais e ambientais.
- II. A redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, também vem prevendo a criação de mecanismos que facilitem a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, por meio de políticas migratórias planejadas e bem geridas.
- III. Uma das metas da Agenda 2030 busca fornecer identidade legal para todos, como o registro de nascimento, até 2030.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

30. Julgue as assertivas a seguir, relativas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, à Lei nº 10.098/2000, lei da acessibilidade e à Lei nº 10.048/2000, lei da prioridade de atendimento.

- () O Estatuto da Pessoa com Deficiência adota o modelo social da deficiência, compreendendo-a como resultado da interação entre impedimentos e barreiras que limitam a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade.
- () A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, visando à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e nas comunicações, assegurando autonomia e qualidade de vida tanto às pessoas com deficiência quanto às pessoas com mobilidade reduzida.
- () A Lei nº 10.048/2000 foi aprovada para, exclusiva e especificamente, garantir prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, de modo que seus acompanhantes e atendentes pessoais terão atendimento logo após os titulares da prioridade.

A sequência correta que responde a questão é:

- a) V-V-V
- b) V-F-V
- c) F-F-F
- d) V-V-F
- e) F-F-V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

31. Considerando os entendimentos jurisprudenciais mais recentes a respeito do tema agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A exigência de altura mínima para ingresso em cargo da área de Segurança Pública pode ser estabelecida por decreto estadual, desde que observe os parâmetros fixados para a carreira do exército, quais sejam, de 1,60m para homens e 1,55m para mulheres.
- b) O Poder Judiciário não possui competência para controlar o ato administrativo de heteroidentificação em concursos públicos, devendo a decisão da comissão ser considerada soberana para garantir a celeridade e a segurança jurídica do certame.
- c) Candidato aprovado dentro do número de vagas em concurso público possui direito subjetivo à nomeação, mesmo que haja superveniente extinção dos cargos em razão de superação do limite prudencial de gastos com pessoal.
- d) Delegados de polícia de âmbito estadual, por serem considerados cargos de carreira jurídica, devem ter seus subsídios limitados ao subteto de 90,25% do subsídio dos Ministros do STF, não se lhes aplicando o teto do Poder Executivo Estadual.
- e) O subsídio dos defensores públicos estaduais está sujeito ao teto remuneratório do subsídio dos Ministros do Supremo, não se lhes aplicando o teto do Poder Executivo Estadual.

32. No que diz respeito às Licitações e Contratos regidos pela Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 14.133/2021, aplica-se aos contratos que tenham por objeto operação de crédito desde que externo.
- b) A Lei 14.133/2021, enquanto norma geral de contratações públicas, aplica-se aos contratos celebrados por empresas estatais prestadoras de serviços públicos.
- c) A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, o qual poderá ser prorrogado duas vezes por igual período.
- d) Nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos indisponíveis.
- e) O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante não importará seu afastamento da licitação ou a anulação da licitação.

33. Considerando os preceitos normativos aplicáveis aos critérios de julgamento previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:

- a) O maior retorno econômico deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações de eficácia.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 75% de valoração para a proposta técnica.
- d) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os tipos do maior desconto ou menor preço.

34. A respeito das regras previstas na Lei federal 9.784/1999, aplicáveis ao processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, o processo não será paralisado caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado.
- b) Não é cabível a formulação em requerimento único de diversos pedidos, ainda que possuam conteúdos idênticos.
- c) O reconhecimento de firma é requisito indispensável para a formalização dos atos do processo administrativo tendente a aplicação de sanções a particulares.
- d) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem ser realizados de modo menos oneroso para a Administração.
- e) O recurso das decisões administrativas poderá discutir somente aspectos de legalidade.

35. Considerando os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca das entidades da Administração Indireta, é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista e de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa ou licitação.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.

36. Tomando por base os preceitos jurídicos pertinentes à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade objetiva não alcança todas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) No caso de responsabilidade objetiva, a reparação do dano requer, como requisitos, a demonstração da existência de vínculo específico entre o poder público e a vítima.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente relativamente a não-usuários do serviço.
- d) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- e) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

37. Assinale a alternativa que menciona característica inerente ao contrato de parceria público-privada (Lei 11.079/2004):

- a) período de prestação do serviço estar compreendido entre os prazos de 5 e 30 anos.
- b) ter como objeto único a execução de obra pública, desde que seja de grande vulto (acima de R\$ 200 milhões).
- c) existência de contraprestação da administração pública ao parceiro privado, em ambas as modalidades de concessão especial, admitida a variabilidade remuneratória.
- d) alteridade de riscos em desfavor do parceiro privado.
- e) utilização de critérios subjetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado, desde que previstos em ato normativo próprio.

38. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis apenas aos agentes administrativos e aos terceiros que atuarem conjuntamente com aqueles.
- b) A suspensão da prescrição produz efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade, diferentemente da sua interrupção, que somente aproveita o réu que diretamente deu causa à sua interrupção.
- c) As sanções aplicadas com base no artigo 12 da Lei de Improbidade só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) São legitimados ativos da ação judicial por improbidade o Ministério Público, a pessoa jurídica interessada e a defensoria pública.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade exige a presença de qualquer elemento subjetivo da conduta do agente público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

39. A respeito do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, assinale a alternativa ERRADA:

- a) Cabe aos Estados-membros, no desempenho de sua autonomia político-administrativa, a definição quanto à forma de indicação do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- b) É inadmissível transmigração para o Ministério Público especial de membros de outras carreiras, ainda que do Ministério Público Estadual.
- c) O Ministério Público especial junto aos tribunais de contas estaduais não dispõe de fisionomia institucional própria e, não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus procuradores pela própria Constituição da República (art. 130), encontra-se consolidado na "intimidade estrutural" dessas Cortes de Contas.

d) Ofende o sistema constitucional de repartição de competências legislativas norma estadual que insira gastos com o Ministério Público de Contas em limite de despesas com pessoal do Poder Executivo.

e) É constitucional norma estadual que determine que a organização do ministério público especial se dê por meio de lei complementar.

40. Se Abenebaldo tiver seu pedido administrativo de obtenção de um benefício pecuniário indevidamente protelado em sua análise, pendendo há mais de 90 dias sem qualquer decisão administrativa, pode socorrer-se judicialmente por meio de:

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas data*.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação de rito comum.
- e) mandado de injunção.

41. O Município de Pintópolis-MG legislou sobre o tema do horário de funcionamento de postos de gasolina, restringindo seu funcionamento no período da madrugada. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar.
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

42. O Governador do Estado de Minas Gerais decidiu delegar ao Advogado-Geral do Estado a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O Governador possui essa competência, mas ela é indelegável.
- b) O Governador não possui essa competência.
- c) O Governador possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada.
- d) O Governador possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais.
- e) O Governador possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

43. Uma lei do Município de Sem Peixe-MG dispôs sobre o sistema de controle interno do Município, porém, o fez em desacordo com normas de observância obrigatória da Constituição Federal. Dessa forma, a legislação municipal poderá ser objeto de:

- a) ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- b) reclamação perante o STJ.
- c) ação declaratória de constitucionalidade perante a justiça de primeira instância.
- d) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- e) mandado de segurança perante a justiça de primeira instância.

44. Um projeto de lei de autoria do Vereador Bebum, do Município de Ressaquinha-MG, pretende instituir uma política pública de prevenção ao alcoolismo nas escolas públicas municipais. Mesmo não criando novos órgãos públicos, o projeto foi vetado pelo Prefeito, sob alegação de vício de iniciativa. À luz da jurisprudência do STF, a alegação do Prefeito:

- a) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, ainda que prevejam a criação de órgãos.
- b) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, desde que não prevejam a criação de órgãos.
- c) não procede, pois as regras federais de processo legislativo não se aplicam à esfera municipal.
- d) procede, estando caracterizado o vício de iniciativa.
- e) procede em parte, apenas porque é inconstitucional criar programa municipal de não discriminação.

45. A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I – A jurisprudência confere aos Tribunais de Contas – caso imprescindível para o exercício do controle externo – a possibilidade de afastar (*incidenter tantum*) normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional (seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria).
- II - É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III – É legal e constitucionalmente fundada a desconsideração da pessoa jurídica pelos tribunais de contas, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa.

Estão corretos:

- a) nenhum
- b) todos
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III

46. Considere o seguinte trecho de decisão do STF:

“Como já pacificado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, domicílio, numa extensão conceitual mais larga, abrange até mesmo o local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua um ambiente fechado ou de acesso restrito ao público, como é o caso típico dos escritórios profissionais.” (STF, Pleno, AgRg no RE nº 1.447.374/MS, relator Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 01.10.2023).

Ao interpretar em sentido ampliativo a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, pode-se afirmar que a Corte adotou o princípio hermenêutico do (a):

- a) efeito integrador.
- b) conformidade funcional.
- c) interpretação conforme a constituição,
- d) máxima efetividade.
- e) harmonização.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

Acerca dos assuntos PPA, LDO e LOA, julgue os itens que se seguem.

47. A Constituição Federal estabelece regras específicas para a inclusão de investimentos no Plano Plurianual (PPA), especialmente quando tais investimentos extrapolam o exercício financeiro.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Todo investimento público deve constar previamente no PPA, ainda que sua execução se restrinja a um único exercício financeiro.
- b) A exigência de inclusão no PPA aplica-se exclusivamente aos investimentos classificados como inversões financeiras.
- c) A execução de investimento cuja duração ultrapasse um exercício financeiro depende de prévia inclusão no PPA ou de lei que autorize sua inclusão.

d) A inclusão de investimentos no PPA dispensa, em qualquer hipótese, autorização na Lei Orçamentária Anual.

e) Investimentos previstos no PPA podem ser executados independentemente de dotação orçamentária específica.

48. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desempenha papel central no sistema orçamentário brasileiro, articulando o planejamento plurianual com o orçamento anual.

À luz da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO constitui atribuição da LDO:

- a) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- b) estabelecer metas e prioridades da Administração Pública para o exercício subsequente.
- c) dispor sobre alterações na legislação tributária necessárias à consecução das metas fiscais.
- d) instituir ou majorar tributos, com vistas ao equilíbrio das contas públicas.
- e) definir a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

49. O dever constitucional de execução das programações orçamentárias, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro, alterou a lógica tradicional da execução do orçamento público.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O dever de execução aplica-se a todas as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual, inclusive as de natureza financeira.
- b) A execução obrigatória alcança exclusivamente as despesas primárias discricionárias, observados os limites fiscais e os impedimentos técnicos.
- c) A obrigatoriedade de execução afasta a possibilidade de contingenciamento orçamentário.
- d) A execução obrigatória independe da compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas na LDO.
- e) O orçamento impositivo aplica-se apenas às programações constantes do Plano Plurianual.

Acerca do assunto Despesa Pública, julgue os itens que se seguem.

50. A classificação econômica da despesa pública permite identificar a natureza do gasto e seus efeitos sobre o patrimônio público, distinguindo despesas correntes e de capital

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Despesas correntes são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital.
- b) Investimentos e inversões financeiras classificam-se como despesas correntes, por não ampliarem o patrimônio público.
- c) A amortização da dívida integra a categoria das despesas de capital.
- d) As despesas de custeio pertencem à categoria das despesas de capital, por manterem a capacidade operacional do Estado.
- e) As transferências correntes correspondem à aquisição de ativos financeiros pelo ente público.

51. No regime jurídico da despesa pública, o encadeamento adequado das etapas — empenho, liquidação e pagamento — cumpre função central no sistema orçamentário.

Considerando esse encadeamento, assinale a alternativa correta.

- a) Permite flexibilizar a execução da despesa, afastando a incidência de controles legais.
- b) Elimina a necessidade de planejamento orçamentário, ao priorizar a execução financeira.
- c) Reduz a participação do Poder Legislativo na fiscalização da execução orçamentária.
- d) Substitui os mecanismos de controle interno e externo por controles meramente formais.
- e) Assegura legalidade, transparência e controle na aplicação dos recursos públicos.

Acerca do assunto Ciclo Orçamentário, julgue os itens que se seguem.

52. A prestação de contas é elemento essencial do ciclo orçamentário, estando diretamente associada aos mecanismos de controle da gestão pública.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A prestação de contas insere-se na fase de elaboração do orçamento, antecedendo a execução orçamentária.
- b) A prestação de contas relaciona-se ao controle da execução orçamentária e financeira, permitindo a avaliação da conformidade e dos resultados da gestão pública.
- c) A prestação de contas ocorre exclusivamente após a sanção da Lei Orçamentária Anual.
- d) A prestação de contas limita-se à verificação formal dos empenhos realizados.
- e) A prestação de contas substitui os mecanismos de controle interno e externo.

53. No âmbito do ciclo orçamentário, a fase de discussão e aprovação do orçamento desempenha papel relevante na conformação final das prioridades governamentais.

A respeito dessa fase, assinale a alternativa correta.

- a) Caracteriza-se pela apreciação do projeto de lei orçamentária pelo Poder Legislativo, com possibilidade de apresentação de emendas, desde que observada a compatibilidade com o PPA e a LDO.
- b) Restringe-se à sanção da Lei Orçamentária Anual pelo chefe do Poder Executivo.
- c) Consiste na execução das despesas previamente autorizadas na Lei Orçamentária Anual.
- d) É conduzida exclusivamente por órgãos técnicos do Poder Executivo.
- e) Limita-se ao controle posterior da execução financeira.

54. O ciclo orçamentário constitui um processo contínuo que organiza a atuação do Estado no planejamento, na execução e no controle do orçamento público, envolvendo diferentes atores institucionais ao longo do tempo.

Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- a) O ciclo orçamentário limita-se às etapas de elaboração e aprovação do orçamento, encerrando-se com a sanção da Lei Orçamentária Anual.
- b) As fases do ciclo orçamentário são estanques, ocorrendo de forma sucessiva e sem qualquer sobreposição temporal.
- c) O ciclo orçamentário abrange as fases de elaboração, discussão e aprovação, execução e controle do orçamento público.
- d) O controle orçamentário integra exclusivamente a etapa final do ciclo, sem repercussão sobre as demais fases.
- e) O ciclo orçamentário restringe-se aos instrumentos de planejamento previstos expressamente na Constituição Federal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

55. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

56. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete tanto à autoridade administrativa, como à judicial, constituir, pelo lançamento, o crédito tributário, verificando, entre outros aspectos, a ocorrência do fato gerador.
- II-) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

57. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

58. Jeremias, segurado do RGPS, sofreu acidente em sua residência enquanto lavava o quintal, que o deixou afastado do trabalho por 38 dias. Como contribuinte individual em dia com suas obrigações, podemos afirmar que

- a) Não terá direito ao benefício, pois ficou afastado do trabalho por menos de 40 dias.
- b) Terá direito ao benefício, desde que comprove que houve acidente de trabalho.
- c) Não terá direito ao benefício, pois acidentes domésticos não geram benefício.
- d) Terá direito ao benefício, pois segurado do RGPS de qualquer espécie terá direito ao auxílio por incapacidade temporária na situação apresentada, quando cumpridos os requisitos previstos na legislação.
- e) Não terá direito ao benefício, pois somente empregados têm direito ao auxílio por incapacidade temporária.

59. Flávio exerce mandato de deputado estadual no estado onde reside e deseja saber se é ser considerado segurado obrigatório do RGPS. Diante da situação exposta, podemos afirmar, sobre a questão levantada por Flávio, que

- a) É considerado segurado obrigatório do RGPS, desde que opte por contribuir para esse regime previdenciário.
- b) É considerado segurado obrigatório do RGPS, se não estiver vinculado a regime próprio.
- c) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS, pois parlamentares não são segurados obrigatórios.
- d) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS, pois a função pública isenta de contribuição.
- e) É considerado segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de contribuinte individual.

60. No que diz respeito à incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade no âmbito do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes e assinale a opção correta:

I - O salário-maternidade não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador, tampouco a do segurado, com base no entendimento jurisprudencial firmado pelo STF em regime de repercussão geral.

II - O STF entende que o salário-maternidade não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do segurado, por ser genuína prestação previdenciária, e não contraprestação pelo trabalho.

III - É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade, segundo entendimento jurisprudencial firmado pelo STF em regime de repercussão geral.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

61. Josivaldo faleceu deixando quatro filhos, com idades de 10 anos, 15 anos, 18 anos e 20 anos respectivamente, uma companheira com quem vivia há 20 anos e uma mãe idosa, que dele dependia economicamente. Diante da situação apresentada, terá direito à pensão por morte:

- a) Apenas os filhos.
- b) Os filhos e a mãe.
- c) Os filhos e a companheira.
- d) Apenas a companheira e os três filhos mais novos.
- e) Apenas a mãe por dele depender economicamente.

62. Marcelo é empregado de uma empresa sediada em São Paulo e recebe vale-transporte nos termos da lei, bem como auxílio-alimentação. Ambos são pagos em dinheiro. Nos termos da legislação previdenciária e entendimento dos tribunais sobre o tema, podemos afirmar que

- a) não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre as rubricas mencionadas.
- b) somente incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do auxílio alimentação que superar um salário-mínimo.
- c) incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do vale transporte e do auxílio alimentação.
- d) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o vale transporte.
- e) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o auxílio alimentação.

63. Márcia, empregada doméstica com deficiência física, e Milton, empresário bem-sucedido do ramo farmacêutico, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

- a) Márcia e Milton podem participar da Assistência Social.
- b) Apenas Milton pode participar da Previdência Social.
- c) Márcia pode usufruir dos serviços de Saúde pública exclusivamente em razão da sua deficiência física.
- d) Márcia e Milton podem participar da Previdência Social.
- e) Márcia e Milton não estão amparados pela Seguridade Social.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

64. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O encerramento irregular das atividades empresariais justifica a desconsideração da personalidade jurídica.
- b) O desvio de finalidade apto a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica consiste na expansão ou na alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) A existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica não pode ser decretada de ofício pelo juiz, e sim através de requerimento da parte ou do Ministério Público.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica admite que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de todos os administradores ou sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido beneficiados, ou não, pelo abuso de personalidade.

65. A respeito da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil dos agentes públicos por decisões ou opiniões técnicas é condicionada à demonstração de que agiram com culpa ou dolo.
- b) A responsabilidade do empregador por seu empregado, pelos danos que este causar no exercício do trabalho que lhe competir, tem natureza objetiva, exigindo, porém, a prova de que o empregado agiu culposamente.
- c) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, desde que comprovada sua culpa *in vigilando*.

d) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde subjetivamente pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido

e) Em procedimentos estéticos, a obrigação do profissional médico é de resultado, e, portanto, sua responsabilidade independe de culpa.

66. O direito real que consiste, especificamente, na prerrogativa de ocupar gratuitamente com a família casa alheia, cujo titular não a pode alugar, nem emprestar a terceiros, denomina-se:

- a) Usufruto.
- b) Uso.
- c) Habitação.
- d) Laje.
- e) Servidão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

67. Assinale a opção correta no que concerne aos recursos no Código de Processo Civil.

- a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de recebimento.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda se distintos ou opostos os seus interesses.
- e) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.

68. Assinale a opção correta em relação ao litisconsórcio e às intervenções de terceiro conforme o disposto no CPC.

- a) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- b) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido.
- c) Em se tratando de denúncia da lide, sendo o denunciante vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denúncia da lide.
- d) Concluída a instrução, se necessária, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por sentença.
- e) O amicus curiae não pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

69. De acordo com o Código de Processo Civil, determina-se a competência

- a) No momento da citação do réu.
- b) No momento do despacho que determina a citação do réu.
- c) No momento do registro ou da distribuição da petição inicial.
- d) Quando o réu contesta a ação.
- e) Quanto o feito é saneado.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

70. A prefeitura de determinado município de Minas Gerais instaurou licitação para a aquisição de itens alimentícios que seriam utilizados na preparação da merenda escolar. Charles, um dos licitantes, ofereceu R\$ 10.000,00 a Francisco, outro licitante, a fim de que este desistisse de participar do procedimento licitatório, pois temia que a concorrência de Francisco atrapalhasse seus planos de vencer a disputa. Francisco aceitou a oferta e

desistiu de participar da licitação. A licitação, porém, não foi vencida por Charles, mas sim por um terceiro licitante.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Charles praticou o crime de afastamento de licitante, e Francisco não praticou crime algum
- b) Charles e Francisco não praticaram crime, pois não houve efetivo prejuízo à administração pública
- c) Charles praticou o crime de afastamento de licitante, e Francisco responderá pelo mesmo crime, com redução de pena
- d) Charles e Francisco praticaram crime de frustração do caráter competitivo da licitação, em sua forma tentada
- e) Charles praticou o crime de afastamento de licitante, e Francisco incorrerá nas mesmas penas

71. Daniela, servidora pública estadual, então com 20 anos de idade, praticou, no dia 14.06.2019, crime de peculato mediante erro de outrem (pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa.). A denúncia foi oferecida em 08.08.2021 e recebida pelo Juízo em 16.08.2021. Após a regular instrução do processo, o Juízo proferiu sentença, condenando Daniela e fixando pena de 01 ano de reclusão, além da multa. A sentença foi proferida em 09.07.2025. O MP não recorreu da sentença. A defesa, porém, interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia
- b) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva com base na pena máxima em abstrato cominada ao delito
- c) Ocorreu prescrição da pretensão executória
- d) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível
- e) Não ocorreu prescrição da pretensão punitiva nem prescrição da pretensão executória

72. Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) Pune-se o crime tentado com a pena cominada ao crime consumado, reduzida de um a dois terços, em qualquer hipótese
- b) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são circunstâncias que afastam a culpabilidade do agente
- c) A espontaneidade é pressuposto para a caracterização da desistência voluntária
- d) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, variando a fração redutora conforme a maior ou menor celeridade na reparação do dano, que pode ocorrer até o recebimento da denúncia ou queixa
- e) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia do meio, absoluta ou relativa, é impossível consumar-se o crime

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Guilherme Sant'Anna

73. Com base nos princípios fundamentais de auditoria previstos na ISSAI 100 e nas normas brasileiras aplicáveis, assinale a opção correta.

- a) A independência dos auditores se refere exclusivamente à autonomia em relação à equipe auditada.
- b) O planejamento da auditoria deve ocorrer após a obtenção das evidências, para assegurar sua eficácia.
- c) A auditoria governamental deve, obrigatoriamente, incluir a emissão de parecer jurídico sobre a legalidade dos atos auditados.
- d) A definição do escopo da auditoria deve considerar os riscos, a materialidade e os critérios previamente definidos.
- e) O relatório final da auditoria deve restringir-se aos apontamentos negativos identificados, a fim de manter a imparcialidade do auditor.

74. A respeito das auditorias de conformidade no setor público, assinale a alternativa correta.

- a) As auditorias de conformidade visam verificar a eficiência da gestão pública.
- b) Os critérios utilizados na auditoria de conformidade podem incluir leis, regulamentos e normas internas.
- c) As auditorias de conformidade não admitem combinação com outros tipos de auditoria.
- d) O escopo da auditoria de conformidade é restrito ao controle interno da entidade auditada.
- e) A obtenção de evidências nas auditorias de conformidade é dispensável, desde que o relatório seja conclusivo.

75. No que tange aos princípios do Código de Ética da INTOSAI (ISSAI 30), analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) A competência técnica do auditor não está entre os princípios éticos fundamentais, sendo requisito apenas funcional.
- b) A objetividade exige que o auditor atue de maneira imparcial, mas permite que haja influência da chefia imediata.
- c) A integridade está relacionada à confidencialidade das informações obtidas durante a auditoria.
- d) O comportamento profissional inclui o cumprimento de leis e a conduta compatível com a função pública.
- e) A manutenção da independência é incompatível com qualquer tipo de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

76. A respeito das evidências de auditoria no contexto da auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- a) A confiabilidade da evidência independe da sua origem ou forma de obtenção.
- b) Evidências obtidas por meio de confirmação externa são, em regra, menos confiáveis do que aquelas obtidas internamente.
- c) A suficiência das evidências está relacionada com sua relevância normativa.
- d) A evidência testemunhal não é aceita como válida na auditoria do setor público.
- e) Evidências documentais obtidas de fontes independentes tendem a ter maior confiabilidade.

77. De acordo com os princípios fundamentais das normas internacionais de auditoria governamental, assinale a opção correta.

- a) O julgamento profissional deve ser aplicado apenas na fase de elaboração do relatório.
- b) O planejamento da auditoria deve ser contínuo e ajustado conforme novas informações são obtidas.
- c) O ceticismo profissional pode ser dispensado quando a equipe de auditoria possuir vasta experiência.
- d) A auditoria operacional não exige o estabelecimento de critérios para avaliação.
- e) A execução da auditoria independe dos objetivos definidos na fase inicial.

78. Com base nas normas internacionais e nacionais de auditoria do setor público, assinale a alternativa correta acerca do relatório de auditoria.

- a) O relatório deve apresentar, de forma clara, os critérios utilizados, os achados, as causas e os efeitos identificados.
- b) Recomenda-se que os relatórios utilizem linguagem excessivamente técnica, mesmo que dificultem o entendimento.

c) O relatório de auditoria deve conter apenas os achados negativos, de modo a preservar a imparcialidade.

d) O relatório é um documento sigiloso e não pode ser disponibilizado ao público.

e) A emissão do relatório é opcional quando não houver irregularidades identificadas.

79. A respeito da auditoria operacional no setor público, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) A auditoria operacional visa exclusivamente apurar ilegalidades na aplicação dos recursos públicos.
- b) Os critérios utilizados na auditoria operacional são, necessariamente, legais e normativos.
- c) O foco da auditoria operacional está nos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- d) A auditoria operacional não admite a utilização de técnicas qualitativas na análise.
- e) A aplicação de questionários é vedada como técnica de obtenção de evidência em auditorias operacionais.

80. No que se refere à materialidade na auditoria governamental, assinale a opção correta.

- a) A materialidade não deve ser considerada no planejamento, mas apenas na fase de relatório.
- b) A determinação da materialidade depende exclusivamente do valor financeiro envolvido.
- c) A materialidade está relacionada à relevância das informações para a tomada de decisão.
- d) Valores baixos não devem ser objeto de auditoria, mesmo que revelem práticas recorrentes irregulares.
- e) A avaliação da materialidade é feita exclusivamente ao final do processo de auditoria.

Discursiva Conhecimentos Gerais

Observando a demanda de se obter 10.000 litros de leite, com entregas parceladas, o Ministério X decidiu realizar um certame licitatório de acordo com a sistemática do sistema de registro de preços - SRP.

No caso, a modalidade de licitação escolhida foi o pregão e o critério de julgamento foi o de menor preço.

Seguindo os trâmites legais, a Ata de Registro de foi assinada em 1º/02/2024 e o seu prazo de vigência foi de 1 ano. Nesse mesmo dia, foi homologada a licitação e disponibilizada a referida ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Em 1º/08/2024, 2 órgãos estaduais e 2 federais manifestaram seu interesse em aderir à ata de registro de preços. Os órgãos estaduais desejaram adquirir, cada um, 6.000 litros e os órgãos federais 3.000 litros, cada.

Por sua vez, em 1º/12/2024, o órgão gerenciador da ata deferiu integralmente o pedido de adesão para todos os órgãos não participantes. Em 31/01/2025, foi prorrogada a vigência da ata por mais um ano e, em 05/02/2025, os órgãos solicitaram a contratação do objeto com o fornecedor.

Com base nessa situação hipotética, responda, necessariamente, às seguintes indagações.

- a) A viabilidade da adoção do sistema de registro de preços;
- b) Viabilidade da modalidade de licitação empregada;
- c) A possibilidade de adesão à Ata nos termos apresentados.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva Conhecimentos Específicos

Durante o período de validade de um certame público, após a nomeados os candidatos aprovados no limite das vagas previstas no edital, foi publicado um novo edital, fato que gerou insatisfação entre os aprovados do cadastro de reserva.

Com base nessa situação hipotética, elabore uma questão discursiva sobre concurso público, contemplando:

- O princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas;
- As exceções à obrigatoriedade do concurso, explicando-as;
- Direito subjetivo de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público;
- Com base no entendimento do STF, responda, de forma fundamentada, se assiste razão aos candidatos nessa situação hipotética, abordando a determinação da nomeação pelo Poder Judiciário e a discricionariedade da administração.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
